

SINDICATO itinerante



O Sindsep inova em suas ações levando o sindicato até você. A partir de meados de agosto, o Sindicato Itinerante irá atender mais de perto os trabalhadores públicos municipais. O objetivo é percorrer as maiores unidades buscando ampliar o diálogo com os trabalhadores e levar informações, esclarecimentos, atendimento jurídico etc.

Página 5



EDITORIAL

O voto consciente na luta contra o retrocesso

O caminho que nos leva a um país mais democrático, justo e soberano é construído por todos. Neste ano, 130 milhões de brasileiros poderão dar sua contribuição escolhendo, no dia 3 de outubro, o novo presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

O segredo para uma opção adequada é o voto consciente de cada cidadão e cidadã que, como peças complementares, montam o quebra-cabeça de nossa nação. Isso significa conhecer as propostas e perfis de candidatos e partidos e avaliar quem melhor pode contribuir para os interesses da sociedade.

Nestas eleições, serão nove os candidatos a disputar a vaga maior do país. Até o momento, dois estão na dianteira. Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) representam dois campos antagônicos, cujos objetivos podem ser verificados pelos projetos que cada um representa. Nos dois mandatos de Lula, milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza, o país passou sem sobressaltos pela crise, houve maior participação da sociedade através dos movimentos sociais e o servidor público passou a ser valorizado.

Como em outros anos, a disputa não será fácil. Porém, o embate principal se dará entre os que desejam que o país siga pela rota do desenvolvimento com distribuição de renda e soberania. É nesse cenário que caberá, a cada brasileiro, escolher o destino da nação pelo próximo quadriênio.



Irene Batista
Presidente do Sindsep

MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - JULHO DE 2010
Sede: Rua da Quitanda, 162 - Centro - CEP 01012-010
São Paulo SP- Tel/fax: (11) 2129 2999
secgeral@sindsep-sp.org.br - www.sindsep-sp.org.br
Presidente: Irene Batista de Paula

CELETISTAS DA SAÚDE/AUTARQUIA

Ação judicial pelo quinquênio

O adicional de quinquênio é um percentual (5%) concedido, de acordo, com o tempo de serviço do servidor sobre o padrão de vencimentos do cargo que ele estiver exercendo, concedido após cada período de cinco anos. E após 20 anos o servidor tem direito também a sexta parte dos seus vencimentos.

O direito ao adicional do quinquênio sobre os vencimentos é uma garantia de todos os servidores públicos da cidade de São Paulo, estabelecida na Lei Orgânica do Município de São Paulo.

A Prefeitura no entanto, entende que a garantia do quinquênio não se estende aos empregados celetistas.

Para o Sindsep o direito ao quinquênio, nos termos do artigo 97 da Lei Orgânica, é garantido aos “servidores”. A palavra servidor, no direito administrativo, abrange todos os trabalhadores, estatutários e celetistas.

Diante disso o Sindsep está reco-

lhendo documentação para entrar com ação judicial e pleitear esse direito, pois a Autarquia Hospitalar foi criada por lei em janeiro de 2002, os trabalhadores celetistas portanto já poderiam estar recebendo seu 1º Quinquênio (veja ao lado os percentuais)

Agora é hora de todos exigirem seus direitos! Entre em contato com o Departamento Jurídico do Sindsep para mais informações.

Tabela dos percentuais do quinquênio

1º adicional	05 anos	5%
2º adicional	10 anos	10,25%
3º adicional	15 anos	15,76%
4º adicional	20 anos	21,55%
5º adicional	25 anos	27,63%
6º adicional	30 anos	34 %
7º adicional	35 anos	40,71%

Autarquia hospitalar e PPD

Em julho do ano passado (2009) o Sindsep assinou o protocolo com a SMG para envio à Câmara do Projeto de Lei de Plano de Cargos, Carreiras e Salários do pessoal da Autarquia Hospitalar e o aumento do Prêmio de Produtividade e Desempenho que é pago ao pessoal da saúde.

Mas passado um ano o governo simplesmente não mandou os Projetos de Lei para a Câmara Municipal, mas aprovou no final do ano passado o aumento do PPD para os dentistas (o que não temos nada contra, mas porquê o dos demais nem enviado foi?).

Por isso o Sindsep estará indo nos hospitais que compõem a Autarquia para denunciar mais este desmando do governo municipal e exigir o envio dos Projetos imediatamente.



Prefeitura autoriza nomeação de concursados

Praticamente na véspera de “caducar” concursos várias secretarias foram autorizadas a nomear concursados, em especial do concurso dos AGPPs, que “caducou” em 1/7/2010 e de Agentes de Apoio que “caducou” em 30/6/2010, neste caso os

nomeados ficaram muito abaixo do número de cargos vagos. As publicações foram feitas no DOC de 26, 29 e 30/6/2010.

Agora, esperamos que não fique só na autorização, que de fato a prefeitura convoque esses servidores.

HSPM, será que agora sai?

Finalmente, o governo sinaliza que fará a progressão/promoção prevista no PCCRS dos trabalhadores do HSPM, o plano é de 2004 e até agora não foi implantado. Todas as confirmações serão cobradas da superintendente.

Porém, desde 2007 o sindicato, representantes sindicais e funcionários do hospital vem debatendo e cobrando em todas as instâncias possíveis: mesa de negociação do hospital, da saúde e central; reuniões na Secretaria Municipal de Saúde; nos atos e reuniões de discussão da Campanha Salarial dos servidores e empregados públicos da PMSP e em reuniões, audiências na Câmara Municipal e encontros quinzenais com o líder do governo no legislativo.



Ato em frente à SMG no dia 2 de junho

Em conversa com o líder do governo em 13/7, este afirmou perante sindicato e funcionários que falta apenas autorização do secretário adjunto da SMS, o que deve ocorrer até dia 20/7, para que os empregados públicos beneficiados com progressão e/ou promoção do PCCRS do HSPM

recebam o que lhe é de direito no pagamento de agosto de 2010.

Quanto ao pagamento de 2,14% para todos os empregados públicos do hospital, segundo José Police Neto (Netinho), a autorização da Câmara, neste caso necessária para se efetuar o pagamento, deverá ser incluída em

outro projeto de lei do governo com discussão e votação prevista para o retorno do legislativo a partir do dia 3/8/2010, e pagamento previsto para o início do segundo semestre.

Estas são conquistas resultantes da união dos funcionários do HSPM em conjunto com o Sindsep.

Gratificação para Nível Básico e Médio

Em reunião com o sindicato e trabalhadores, o líder do governo informou, que foi enviado para a Câmara – no apagar das luzes do primeiro semestre deste ano não dando tempo de ser lido nem publicado – projeto de lei que atende reivindicações do Sindsep, ou seja a extensão de Gratificação de Desempenho aos optantes dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários de Nível Básico e Médio.

A direção do Sindsep está e continuará vigilante para confirmar esta informação e acompanhar a votação do PL, devendo chamar a categoria para comparecer à Câmara para ajudar no convencimento dos vereadores de São Paulo. Acompanhe o desenrolar dos acontecimentos no site do Sindsep, com os diretores, representantes sindicais ou telefonando para o sindicato.

Mais um motivo para você estar na Câmara no dia 10/8.

Progressão e Promoção dos PCCSs de Nível Básico, Médio, Superior e da Saúde

Em 30/6/2010, o governo publicou no Diário Oficial a convocação e listagem dos servidores optantes pelos PCCSs de nível básico, médio, superior e da saúde. A publicação trouxe problemas aos servidores, pois, ocorreu na véspera do início de mês de férias escolares, quando muitos trabalhadores saem para seu merecido descanso pois são pais e mães de estudantes e portanto acompanham o calendário escolar, única forma de descansar junto com seus filhos e netos.

Outro problema verificado, como sempre, foi a falta de comunicação com os trabalhadores, pois desta vez não houve sequer o aviso no holerith, ficando restrito à publicação, cada vez mais difícil de ser disponibilizada aos servidores públicos. Que saudades

do tempo em que todas as unidades municipais eram obrigadas a cumprir a lei que determina que todas as repartições públicas devem disponibilizar diariamente exemplar do Diário Oficial para consulta da população e servidores.

Como sempre as unidades de Recursos Humanos não sabiam como proceder nos casos mais complexos e não tiveram tempo hábil para dirimir todas as dúvidas dos servidores, pois, o prazo para apresentação de certificados e títulos foi de apenas dez dias, extinguindo-se em 12/7/2010. O Sindsep, sempre vigilante quanto aos interesses e necessidades dos servidores oficiou a administração municipal solicitando prorrogação do prazo, porém não foi concedida pelo governo.

Mediante o ocorrido e frente às dúvidas dos servidores, o Sindsep realizará reunião com os representantes sindicais aberta a servidores públicos municipais sindicalizados que puderem comparecer, pois não conseguimos dispensa oficial, mas os participantes levarão certificado, **no dia 4/8/2010 das 9h às 17h horas, Rua São Bento, 413**, onde discutiremos este assunto em detalhes, com a presença da direção e de advogado para dirimir todas as dúvidas da categoria. Outra medida tomada pelo sindicato é a distribuição e coleta de assinaturas em abaixo-assinado solicitando a reabertura do prazo de apresentação dos documentos solicitados em virtude dos problemas citados acima.

TCM mostra que salários estão ar

O Sindsep segue firme na luta contra o arrocho dos funcionários públicos municipais. Nos próximos meses, o sindicato voltará à Câmara – como ocorreu em junho, quando seus diretores se reuniram com a Comissão de Finanças para debater soluções para o reajuste da categoria – a fim de continuar a pressão pela mudança do regime salarial. A reivindicação é de reposição na ordem de 22,95%.

Naquela ocasião, ficou demons-



Ato simbólico dos servidores: “em luto e em luta”

trado que o salário mínimo dos trabalhadores de São Paulo é bem menor do que o aplicado nacionalmente (R\$ 439,86 contra R\$ 510,00). Para

piorar, a prefeitura gasta somente 35% das receitas com funcionalismo e os trabalhadores, ao longo dos anos, acumularam perdas salariais porque a prefeitura não aplica os reajustes quadrimestrais, além de não publicar suas receitas e despesas conforme estabelece a lei.

Tais aspectos – que têm sido apontados pelo Sindsep – foram também constatados pelo Tribunal de Contas do Município em parecer publicado do DOC de 29 de junho.

O TCM aponta que embora a Lei Municipal 13.303/02 estabeleça reajustes quadrimestrais em março, julho

e novembro, “nos 18 últimos quadrimestres houve concessão de reajustes em novembro de 2005 – 1,17% – e em novembro de 2006 – 0,97%–, perfazendo um reajuste acumulado de 2,15%, quando o índice acumulado no período pelo IPC-FIPE foi de 31,5%”.

Além disso, ressalta que “os demonstrativos da relação despesa/receita relativos aos reajustes de março, julho e novembro de 2009 foram publicados em 18/3/2010, portanto fora do prazo estabelecido no § 3º do artigo 2º da Lei nº 13.303/02. Saliente-se que a publicação extemporânea

CALENDÁRIO DE MUTIRÕES

Julho

19/SEGUNDA
REUNIÃO DIREÇÃO
EXECUTIVA/SINDSEP

21/QUARTA

LESTE 3
6h - HM TATUAPÉ
Av. Celso Garcia, 4815

22/QUINTA

LESTE 2
7h AMB. ESPEC. PENHA
MAURÍCIO PATÊ
Lgo do Rosário
7h - SUBPREF. PENHA
Rua Candapuú, 492

23/SEXTA

SUL 1
14h - HM CAMPO LIMPO
Estrada de Itapeirica da
Serra, 1661

26/SEGUNDA

SUL 2
8h - SUBPREF STO.
AMARO
Pça. Floriano Peixoto, 54

27/TERÇA

SUDESTE
10h - HM SABÓYA
R. Francisco de Paula
Quintanilha Ribeiro, 860 -
Jabaquara

28/QUARTA

CENTRO
10 h - AUTARQUIA
HOSPITALAR CENTRAL
R. Frei Caneca, 127

15h - Assembléia
Zoonoses
Rua da Quitanda, 162

29/QUINTA

LESTE 1
6h - HM WALDOMIRO
PAULA
R. Augusto Carlos
Baumann, 1.074 -
Itaquera
Subpref. Guaianases
Estrada Itaquera-
Guainases, 2.565

30/SEXTA

NORTE
7h - ZONOSSES CCZ
Rua Santa Eulália, 86

31/SABADO

SUL 2
9h às 12h - PLENÁRIA
Rua Ada Negri, 127

Agosto

2/SEGUNDA

NOROESTE
REUNIÃO DIREÇÃO
EXECUTIVA/SINDSEP

3/TERÇA

OESTE
8h - PRONTO SOCORRO
BANDEIRANTES
Rua Augusto Farina, 1125

4/QUARTA

PLENÁRIA DE
REPRESENTANTES
SINDICAIS DE UNIDADE
(RSU) E CURSO
SOBRE PROGRESSÃO/
PROMOÇÃO DO PCCS
DOS NÍVEIS BÁSICO,
MÉDIO, UNIVERSITÁRIO
E TRABALHADORES
ESTATUTÁRIO DA SAÚDE
Local: Sindicato dos
Bancários - Rua São
Bento, 413
DIA TODO

6/SEXTA

14h - ASSEMBLÉIA DO
NÍVEL SUPERIOR
(Local à definir)

10/TERÇA

13h - ATO NA CÂMARA
Viaduto Jacareí, 100



Fizemos 5 atos da nossa Campanha Salarial, realizamos a Audiência Pública e ainda ouvimos da representante do governo: **“NÓS JÁ FAZEMOS MUITO PELOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA”**

Diante disso resolvemos fazer uma enquete através do site do Sindsep se você concorda com isso ou não? Você já entrou no site e votou? Senão, faça isso agora. Além disso, decidimos fazer atividades nas 10 regiões da cidade para divulgarmos nossa luta e ampliar o nosso movimento, pois motivos não faltam: 15 anos sem reajuste, o acordo das

rochados

dos demonstrativos foi reincidente dos exercícios de 2007 e 2008”.

O relatório aponta ainda que “não houve revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos municipais em 2009, com infringência ao inciso 10 do artigo 37 da Constituição Federal e ao artigo 1º da Lei Municipal 13.303/02” e que “a revisão anual dos vencimentos dos servidores, com base no disposto no artigo 1º, acumulada dos exercícios de 2004 a 2009 foi de apenas 0,32%, ou seja, menos de 1% no total de seis anos”.

O Tribunal aponta ainda que “o total acumulado de 2,48%, de rea-

justes e revisões concedidos nos últimos seis exercícios, foi ínfimo quando comparado à inflação do período medida pelos índices IPC-FIPE – 31,5% –, IPCA – 35,4% – e IGPDI – 38,2%”.

No quesito “limites de gastos”, o órgão coloca que “no exercício de 2009 os Poderes Executivo e Legislativo ficaram muito aquém dos limites, representados, respectivamente, por 34,97% e 1,50%, e totalizando 36,48% do total máximo permitido de 60% da Receita Corrente Líquida”.

Apesar de apontar essas incongruências, as contas do município foram aprovadas, o que impõe ao Sindsep e aos funcionários públicos continuar a luta contra essa lei que penaliza os trabalhadores.



autarquias vai fazer aniversário e até agora nada, a progressão e promoção não atingirá a maior parte dos servidores, as demissões e péssimas condições de trabalho na zoonoses, a regulamentação da progressão e promoção do HSPM que não sai... Então fique de olho no calendário que o Sindsep está apresentando para as regiões (veja ao lado - página 4) e coloque na sua agenda.

Veja o resultado da enquete até o fechamento desta edição

Veja o que disse a representante da PMSP: “nós já fazemos muito pelos funcionários da Prefeitura”. O que você acha?

Não fazem nada. 76,98%
Sim, é verdade. 2,38%
Fazem muito pouco. 19,05%
Não sabe. 1,59%

SINDICATO itinerante

“Todo artista tem de ir onde o povo está”, já dizia a canção de Milton Nascimento e Fernando Brant. Com o sindicato, não é diferente. Para acompanhar as necessidades de seus associados e enfrentar a correria da capital paulista, o Sindsep inova suas ações levando o sindicato até você.

Essa iniciativa aprofundará a ida do Sindsep aos locais de trabalho, pois vai constituir uma estrutura básica em um veículo e visitar os servidores em seu local de trabalho, o que aproxima a instituição de sua base e possibilita que o servidor recorra, com maior frequência e praticidade, ao seu sindicato.

Um calendário de visitas aos principais locais de trabalho da municipalidade está sendo organizado pela direção do Sindsep para iniciar a atuação em meados de agosto. O objetivo é ampliar o diálogo com os trabalhadores levando informações, esclarecimentos etc.

Nessas visitas, o Sindicato Itinerante oferecerá prestação de informações individualizadas das ações dos 10%, 62%, 81% e demais. Fará campanha de filiação com prêmios, entre outros pontos. Acompanhe as novidades sobre o Sindicato Itinerante no site www.sindsep-sp.org.br



Sindsep denuncia assédio moral

O Sindsep encaminhou, no dia 18 de junho, ofício à Secretaria Municipal de Saúde relatando a difícil situação dos servidores públicos municipais das UBS da Supervisão de Saúde do M'Boi Mirim. Denuncia que faz parte do dossiê entregue em Brasília. O documento relata que em 2001, quando o sistema de parcerias entrou na administração das UBS, "o controle estava na mão da administração direta, isto é, da Prefeitura de São Paulo". Hoje, porém, "os papéis se inverteram e são as parceiras e as Organizações Sociais que estão com o poder de mando".

Com essa mudança, os servidores dizem ser ignorados em suas demandas. "Fatos ocorridos de forma sistemática e praticados por diferentes parceiros nos leva a crer que existe uma intenção de desestimular, dimi-

nuir a auto-estima e provocar o isolamento dos funcionários", o que constitui um quadro de assédio moral.

O ofício descreve as diversas formas de desrespeito pelas quais passam esses profissionais. "Em uma unidade, um servidor público relata ser proibido de retirar material no almoxarifado para suprir a necessidade do setor, o que só poderá ser feito se houver um funcionário da parceria", o que escancara "o clima de desconfiança que paira sobre os funcionários, muitas vezes com anos e dedicação na mesma unidade". Outra unidade proíbe os trabalhadores de atender ou usar o telefone.

O tratamento aos dois tipos de funcionários é diferenciado e em casos extremos, os da parceira são proibidos de se relacionarem com os funcioná-

rios da prefeitura. Festas são realizadas nas unidades com a participação exclusiva dos funcionários da parceira, ignorando totalmente os da prefeitura.

"Como servidores, moradores e usuários destes serviços, podemos constatar que as parcerias e as OS não dão conta das demandas da população carente dessa região, visto a quantidade de reclamações feitas por usuários insatisfeitos", assinala o texto. E completa: "Os médicos do Programa Saúde da Família encontram dificuldade em resolver problemas que demandam um conhecimento específico, tais como os da Pediatria e Ginecologia". A Psiquiatria é uma área deficiente no PSF, bem como a Odontologia. "Não são todas as unidades que prestam esse serviço, portanto uma fatia expressiva da po-

pulação fica sem atendimento. Em algumas regiões, como a do Campo Limpo, foram criadas algumas unidades de retaguarda compostas por diversas especialidades com servidores que exercem várias funções como psicólogos, assistentes sociais, agentes de apoio, AGPP's entre outros e que têm dado suporte às demais unidades".

Diante dessas necessidades, sindicato e trabalhadores propuseram a criação de unidades de retaguarda nesta região, com o propósito de dar respostas às demandas atuais, além de "valorizar e direcionar os trabalhadores da administração direta que têm experiência, vínculo e compromisso com a causa pública e que estão sendo substituído por trabalhadores vinculados às parceiras, mantendo o servidor no ócio quando há tanto o que fazer".

Delegação entrega dossiê em Brasília pedindo revogação das OSs

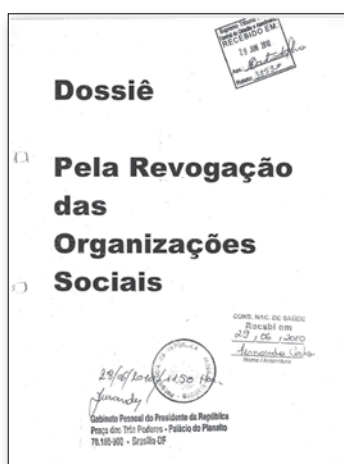
Uma delegação de entidades esteve em Brasília no dia 28/6 para entregar ao presidente Lula e ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, um dossiê com denúncias contra as Organizações Sociais (OSs), pedindo a revogação da lei 9637 criada em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.



Com entidades de São Paulo e de Alagoas, estiveram presentes na delegação representantes da CUT, do DM do PT de São Paulo, do Sindsep, do SindSaude, do Sitraemfa, do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, do Fórum de Saúde do Campo Limpo e M'Boi Mirim (SP), Movimento de Saúde da Zona Oeste (SP), do Movimento de Saúde da Zona Norte (SP), da União dos Movimentos de Saúde de SP e do Movimento de Saúde em Luta (Alagoas).

A delegação foi recebida por Diogo Santana, da chefia de Gabinete da Casa Civil, que explicou que Lula e os ministros da área social estavam em reunião para discutir medidas emergenciais para o nordeste.

João Batista Gomes, da CUT/SP, apresentou a delegação presente que era composta de vários representantes de movimentos e sindicatos e que a "luta é pela revogação das OSs, que em São Paulo, está fazendo um estrago nos serviços públicos". Lourdes



Estevão, diretora do Sindsep, declarou que as denúncias entregues ao presidente visam "mostrar a Lula como a OSs estão destruindo a saúde pública em São Paulo". Fred Lima, secretário do Conselho Municipal de Saúde de SP disse que "os movimentos de saúde no estado de São Paulo estão

unânicos contra as OSs". Raquel, do Fórum de Saúde do Campo Limpo, passou às mãos do assessor exemplar do jornal Folha de São Paulo que trazia denúncias das consequências das OSs em São Paulo. Anselmo Lima, vice-presidente da União dos Movimentos de Saúde de SP propôs a continuidade do movimento contra as OSs, com a divulgação da delegação e o convite a outras entidades para dar maior repercussão à luta em defesa da saúde pública e de qualidade.

IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersector

De 27 de junho a 1º de julho foi realizada a IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersectorial, em Brasília, DF. O evento contou com mais de 1.300 participantes, entre delegados e convidados. Dentre os temas mais discutidos teve destaque a luta antimanicomial e a necessidade de humanização do serviço de saúde mental.

3º Seminário de Saúde/Sindsep

"Modelo de Gestão – Direitos e Organização dos Trabalhadores – Módulo II
23 e 24 de setembro de 2010 - das 9h às 18h
Local: a definir
Inscrições abertas: 2129-2999 (Rosângela)

Taxas	Filiados(as)	Não filiados(as)
Nível Básico	R\$ 15,00	R\$ 20,00
Nível Médio	R\$ 20,00	R\$ 25,00
Nível Superior	R\$ 25,00	R\$ 30,00

Dados para depósito: Banco: Itaú
Agência: 0057 - C/C: 54078-3
Faz-se necessário envio do comprovante de depósito por fax (2129-2999 - ramal 246).

Câmara aprova lei de reajuste

Em junho foi aprovada a lei 15.215, que dispõe sobre o reajuste das escalas dos padrões de vencimentos dos profissionais da educação, mantendo o abono complementar.

Após vários embates com o governo, o percentual de reajuste para o QPE de 28,41% previsto para os próximos 3 anos foi elevado a 33,79%, conforme tabela abaixo:

- 10,19%, em maio de 2011;
- 10,19%, em maio de 2012;
- 10,19%, em maio de 2013.

Apesar de reenvindicarmos que fosse calculado sobre o salário do ano base da incorporação, não fomos

atendidos, e este será pago sobre os padrões vigentes.

ABONO COMPLEMENTAR

Todos os trabalhadores do quadro dos profissionais da educação que não atingirem o novo piso fixado pela lei, terão direito ao abono, e este será retroativo a 1º de maio.

A lei aprovada também prevê a ampliação do número das referências na tabela de vencimentos dos agentes escolares até QPE-08.

Confira no site - www.sindsep-sp.org.br a íntegra da lei e as tabelas referentes às novas escalas de reajuste.

O Sindsep e o Plano Municipal de Educação

A diretora do departamento de educação do Sindsep esteve presente, como colaboradora, durante as discussões e elaboração das propostas para o PME (Plano Municipal de Educação) da cidade de São Paulo.

Nos dias 18, 19 e 20 de junho ocorreu a última Conferência Municipal de Educação, onde aconteceram muitos debates, principalmente no que diz respeito a educação

infantil e a valorização do QPE (Quadro dos Profissionais de Educação). Os três dias de conferência não foram suficientes para a discussão de alguns pontos, principalmente na área da Educação Infantil e Valorização do QPE, sendo necessário um acordo entre os componentes das comissões, (executiva e organizativa) responsáveis pela organização do plano e as entidades, elegendo algumas propostas prioritárias destes segmentos, onde foram colocadas em plenária e aprovadas pelos delegados.

Agora o próximo passo, e o mais importante, é sua aprovação no Congresso Nacional.

NIVEL UNIVERSITÁRIO

Assembleia sobre a GDA dia 6

O segundo semestre de 2010 segue sendo de muita negociação e pressão junto à Prefeitura Municipal de São Paulo pela ampliação do alcance da Gratificação por Desempenho de Atividade (GDA). O Sindsep convoca seus associados e diretores para a realização de uma nova assembleia no dia 6 de agosto, às 14 horas, em sua sede, com o objetivo de dar prosseguimento a essa luta.

Como parte deste trabalho, os diretores do sindicato têm procurado gestores da administração paulistana com o objetivo de pressionar e facilitar as negociações com Gilberto Kassab. Valter Rocha, responsável pela pasta de Esporte, e Carlos Augusto Calil, que responde pela Cultura, já se comprometeram em interceder junto ao prefeito em favor dessa causa.

Por outro lado, o secretário de Educação, Alexandre Schneider, e o adjunto da Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização, João Octaviano Machado Neto, até o momento não atenderam ao pedido feito pelo próprio

líder do governo na Câmara Municipal, o vereador José Police Neto, que vem intermediando as negociações.

BALANÇO

Em abril, a GDA foi aprovada na Câmara para assistentes sociais, pedagogos e diretores de equipamento social. Porém, estão excluídos ainda os bibliotecários, os técnicos de educação física, os profissionais de nível universitário admitidos pela PMSP e os de saúde lotados fora da Secretaria de Saúde.

Os trabalhadores de nível universitário admitidos continuam até hoje aguardando uma solução decente para que possam se aposentar. O Sindsep tem uma nova proposta de Projeto de Lei que deverá ser apresentada ao poder legislativo em agosto. Já os profissionais da Secretaria de Verde e Meio Ambiente, em especial os biólogos, têm lutado para serem reconhecidos como profissionais de nível universitário – o que, de fato, eles são – e terem os mesmos direitos das demais categorias.

Prefeitura muda, para pior, escala de assistentes sociais

Depois de um ano de pressão pelo fim da discriminação na escala de emergência nos Centro de Referência de Assistência Social (Cras) entre profissionais egressos do último concurso público e os que já ocupavam essa função, a Prefeitura de São Paulo determinou que somente os mais antigos poderão participar de tal escala.

A administração pública ignorou, com essa medida, a posição da própria categoria, que há tempos cobrava o fim dessa divisão. Além disso, a prefeitura “descobriu” que há mais de 30 anos os assistentes sociais estão fazendo algo punível de exoneração: trabalhar ininterruptamente por 24 horas para atender à população, compensando essa carga horária com uma jornada de 6h30 sem, no entanto, receberem nenhum adicional pelos trabalhos noturnos, em finais de semana e feriados. A Prefeitura determinou que todos os profissionais devem cumprir a jornada de 40 horas semanais, conforme estipula o concurso público, deixando de lado o fato de que é comum que trabalhem bem mais do que essa quantidade de horas.

Na avaliação do Sindsep, esta foi uma saída vergonhosa – tomada especialmente pela secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Alda Marco Antônio – porque ao invés de resolver o impasse, a atitude gerou grande descontentamento dos profissionais que já realizavam esta jornada e animosidade com relação àqueles que reivindicavam o mesmo direito. A explicação dada pela secretaria foi a de que será criada uma equipe fixa que irá atender a toda demanda ocorrida fora do horário normal de trabalho.

Outro ponto lamentável envolvendo essa secretaria foi a entrega de ofício do órgão ao sindicato impedindo reuniões em horário de serviço – para discutir política de assistência, jornada de trabalho, atribuições profissionais etc. – sob o argumento de que esses eventos são de caráter político. Para enfrentar as práticas antidemocráticas da secretaria, o Sindsep aguardará o término do período de férias para chamar nova reunião entre os profissionais da pasta.



No dia 8/6/2010 o Sindsep e a Associação de Pais e Mestres do CCI Meu Sonho (Hospital Saboya) entregou aos representantes do governo em ato público no gabinete do prefeito, documento contra a desativação desta unidade que atende filhos de servidores. Foi criada comissão com representantes do Sindsep, trabalhadores e usuários da unidade para discutir com representante da Câmara Municipal uma saída, que não traga prejuízo às crianças e trabalhadores do CCI.

Um passo contra as demissões!

Os Agentes de Apoio da Zoonoses, que estão a vários meses em mobilização contra as demissões dos contratados de 2001 e 2007 tiveram uma derrota com a demissões de cerca de 600 contratados de 2007, em uma situação em que o governo manteve uma postura intransigente durante todo o processo de negociação. Até direitos trabalhistas destes demitidos, como férias e exame demissional foram negados.

Desde então, o movimento organizado pelo Sindsep, negociou com a Comissão de Saúde da Câmara Municipal, onde teve papel fundamental seu presidente, o vereador Zelão

(PT). O projeto de lei onde o emprego dos agentes contratados serão mantidos até a cidade de São Paulo atinja o número de agentes indicado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) – que sob a base da análise de residência em cada cidade, indica que em São Paulo deveríamos ter cerca de 4.500 agentes – teve rápida tramitação na Câmara, devido à pressão feita pelos servidores que, em visita ao gabinete de todos os vereadores, reuniões com bancadas e principalmente atos de pressão no plenário da Câmara, criou uma situação para que fosse colocado em pauta,

sendo aprovado em primeira votação no início de junho.

Foi um importante passo pela manutenção dos empregos, porém nada está garantido, pois na segunda votação, que ocorre no início de agosto, teremos que aumentar a pressão para a aprovação do projeto e para que o prefeito não veto!

Vários problemas existem na Zoonoses, desde condições de trabalho até assédio moral, problemas que envolvem contratados e efetivos, porém a luta pela valorização da Zoonoses, que em última instância é a aplicação da emenda 51 na cidade, hoje passa

pelo esforço de todos pela aprovação do PL que mantém o emprego dos atuais contratados, pois se vencermos esta batalha, será um passo enorme pela luta por todas as demais reivindicações destes trabalhadores.

Em reunião realizada no dia 14 de junho na sede do Sindsep, decidiu-se marcar uma reunião com o ministério público e com a Secretaria da Saúde (assim que as datas forem confirmadas, divulgaremos), além da assembleia geral do dia 28 de julho, onde todos devem estar presentes para nos prepararmos para a retomada das manifestações na Câmara.

AGPPs de CEU discutem seu futuro

Os AGPPs de CEU, que estão em uma difícil situação nos CEUs, pois estão em uma unidade da Secretaria de Educação porém não são da carreira da educação, e isto leva estes servidores a não terem direito a alguns benefícios existentes na educação. Foi organizada uma pesquisa com estes servidores, pelo Sindsep, e abaixo segue o resultado que será apresentado ao secretário de Educação, assim que conseguirmos agendar a reunião.

• CEUs que responderam a pesquisa: 19 (Aricanduva, São Rafael, Inácio Monteiro, Perus, Meninos, Alvarenga, Campo Limpo, Jambuí, Pêra Marmelo, Azul da Cor do Mar, Três Lagos, Rosa da China, São Carlos, Cidade Dutra, Casa Blanca, Veredas, V. Curuçá, Butantã e Jaçanã)

• AGPPs que responderam a pesquisa: 53
1 - Existem ATEs na Gestão do seu CEU? (11 CEUs) SIM - (8 CEUs) NÃO

2 - As funções desenvolvidas são similares às do AGPP? (10 CEUs) SIM - (9 CEUs) NÃO

3 - Os AGPPs trabalham após as 19h? (9 CEUs) SIM - (10 CEUs) NÃO

4 - Indique qual das propostas abaixo você entende ser a ideal (Obs.: A soma das respostas é maior do que o número de AGPPs que responderam a pesquisa porque vários responderam mais de uma alternativa).

A (5) Transformação do cargo de AGPP para ATE II, mantendo o direito de quem não quiser se transformar continuar nos CEUs como AGPP.

B (41) Transformação do cargo de AGPP para ATE II, abrindo transferência para outras secretarias para os AGPPs que não quiserem se transformar.

C (10) Equiparação de direitos (adicional noturno após as 19h, salário base e incorporação da GAE) sem transformação de cargos.

D (13) Transferência para outras secretarias de todos os AGPPs de CEU, ficando o quadro apenas com ATEs.

E (01) Caso tenha outra proposta, formule abaixo (Transferência para outras secretarias dos AGPPs que não queiram continuar trabalhando nos CEUs).

Plenária de cipeiros dia 25 de agosto

No mês de agosto será realizada a 3ª Plenária de Cipeiros no sindicato, onde o tema: “Como realizar o mapa de risco no local de trabalho” é de grande importância. Tarefa que muitas CIPAS tem tido dificuldades em realizar. A importância, é que através deste mapa os riscos de acidentes de trabalho as doenças ocupacionais serão detectadas. São problemas que afetam os trabalhadores nas unidades pelas péssimas condições de trabalho. Assim, faremos uma “fotografia” registrando as irregularidades, que podem servir de instrumento para os cipeiros discutirem e negociarem suas melhorias, ou seja, fazer parte da luta pela melhoria das condições de trabalho. Lembrando que na 2ª plenária de cipeiros a palestra administrada foi sobre “Procedimentos de segurança no trabalho” e está disponível no site do Sindsep. Participe da próxima, inclua na sua agenda e faça sua inscrição. É disponibiliza-



Plenária de cipeiros, dia 23 de junho

do certificado para pontuação.

O sindicato parabeniza pelas SIPAT's realizada no CEI Ayrton Senna e pela as que serão realizadas em agosto na Sub-prefeitura de Campo Limpo e em setembro no Hospital Tide Setubal. Estamos ajudando no processo de renovação do mandato das CIPAS na Sub-prefeitura de Parelheiros e no Hospital Maternidade Escola VI, Nova Cachoeirinha, nas eleições já concluídas da UBS Wamberto Dias Gomes e na Suvis do M'Boi Mirim.

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município e São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP

PARA USO DO CORREIO

Mudou-se
 Desconhecido
 Recusado
 Falecido
 Ausente

Não Procurado
 Endereço insuficiente
 Não existe o nº indicado
 Inf. escrita p/port/sindicato

DATA

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM

ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR

IMPRESSO ESPECIAL

6589/01-DRSPM

SINDSEP
CORREIOS

